Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional

A 524 Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia não detém nenhum investimento operacional.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 07 de fevereiro de 2014.

3 - Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, que se aproxima do valor justo.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos ("impairment"). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido e tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro. Ver nota explicativa nº 6.

e) Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real.

g) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

h) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

i) Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4 - Pronunciamentos Novos ou Revisados e MP 627

4.1 - Pronunciamentos cuja adoção é obrigatória para 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 46 passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2 - Pronunciamento do IFRS que ainda não está em vigor

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, com o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, a qual é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e não espera efeitos relevantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4.3 - Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1.397

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627/2013 e Instrução Normativa 1397 e até o momento não prevê alteração no seu plano de negócios e entende que não haverá efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

5 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	2013	2012
Depósitos bancários		5
Aplicações financeiras	346	486
	346	491

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

		2013		2012	
Fundo	Instituição Financeira Administradora	Quantidade de Cotas	<u>Valor</u>	Quantidade de Cotas	<u>Valor</u>
Opportunity Top DI	BNY Mellon	132.641,50889	346	201.228,51107	486

6 - Tributos a Recuperar

	2013	2012
IRRF sobre aplicações financeiras	5	6
Antecipações CSLL	-	4
Antecipação IRPJ	-	2
IRPJ Saldo negativo (a)	137	139
CSLL Saldo negativo (b)	15	13
(-) Provisão para perda (c) e (d)	-	(152)
	157	12

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

- (a) A Companhia possui protocolado junto à Secretaria da Receita Federal pedidos de restituição dos saldos negativos de IRPJ. Estes créditos estão sendo atualizados pela taxa SELIC.
- (b) A Companhia possui protocolado junto à Secretaria da Receita Federal pedidos de restituição dos saldos negativos de CSLL. Estes créditos estão sendo atualizados pela taxa SELIC.
- (c) Em 2010, a Administração da Companhia reavaliou a recuperabilidade deste ativo financeiro e constituiu provisão para perda dos saldos negativos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, no montante de R\$ 152.
- (d) A Administração da Companhia reverteu o saldo da provisão para perda no montante de R\$ 152, devido ao recebimento de restituições durante os exercícios de 2013 e 2012.

7 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 176.261.901 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo é registrada como passivo, por ser obrigação legal prevista no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2013, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2013
Lucro líquido do exercício	95
Reserva legal (5% - limitada a 20% do capital social)	<u> </u>
Base de cálculo dos dividendos	95
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	24
Dividendos propostos a pagar	24

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

8 - Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em comparação com as vigentes no mercado.

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no exercício.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

..*